

Capítulo III - Pressupostos político-pedagógicos do Câmpus Birigui

1-Ética e cidadania

A LDB 9394/96 enfatiza, em diversas passagens, a relação indissociável entre educação e cidadania, evidenciando como finalidade precípua da educação o preparo do educando para o exercício da cidadania.

Sob este prisma, o Instituto Federal de São Paulo, Câmpus Birigui, objetiva implantar o que Gadotti (2003, p. 54) denomina “escola cidadã”, isto é, uma escola pública universal – igual para todos, mas que, simultaneamente, respeite a multiculturalidade, ou seja, observando as diferenças locais e regionais.

Por esse viés, busca-se garantir a todos o acesso a uma educação de qualidade, livre de discriminações e preconceitos; propagar o conhecimento historicamente acumulado e propiciar ao educando autonomia para encontrar a solução para seus questionamentos. Vale destacar que tais preceitos estão consubstanciados nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

O Instituto Federal de São Paulo, Câmpus Birigui, tem, portanto, a pretensão de formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, bem como do papel social de cada um como agente capaz de transformar, por intermédio do conhecimento, o meio no qual está inserido. Nesse sentido, entende que para alcançar tais objetivos é essencial que seja propiciado, dentro da escola, um espaço democrático para discussão e reflexão de problemas sociais, estimulando o pensamento crítico, bem como a criatividade para solucioná-los, proporcionando, assim, a formação do cidadão participativo.

Para concretizar a formação cidadã de seus alunos, a escola deve estimular o potencial criativo e inovador de seus professores para ministrarem seus conteúdos de forma interdisciplinar e contextualizados histórica, cultural e socialmente a fim de propiciar aos educandos um elo entre o conhecimento teórico e sua aplicação no mundo exterior. Quanto ao termo interdisciplinaridade, o compreendemos consoante com as ideias de Zabala (1998, p. 143):

A interdisciplinaridade é a interação entre duas ou mais disciplinas, que pode ir desde a simples comunicação de ideias até a integração recíproca dos conceitos fundamentais e da teoria do conhecimento, da metodologia e dos dados da pesquisa.

Ressalta-se que a interdisciplinaridade é uma realidade do Câmpus Birigui, trabalhada, por exemplo, na disciplina de Projeto Integrador do curso técnico em Administração.

Outra exigência social cada vez mais incontestável é o estreitamento das relações entre educação e ética, não apenas do ponto de vista das considerações teórico-acadêmicas acerca da ética, mas, sobretudo, no tocante a sua aplicação prática.

Segundo Chauí (2009, p. 308), uma conduta ética pressupõe a existência de um agente consciente, ou seja, de um ser dotado de consciência moral, sendo esta “a capacidade para avaliar e pesar as motivações pessoais, as exigências feitas pela situação, as consequências para si e para os outros, a conformidade entre meios e fins e a obrigação de respeitar o estabelecido ou de transgredi-lo”.

A esse respeito, o Instituto Federal de São Paulo, Câmpus Birigui, entende que todos os servidores e o corpo discente devem atentar-se aos preceitos éticos em todos os atos que praticarem, agindo com respeito pelas pessoas, zelando pela beneficência (maximizando benefícios e minimizando os danos) e primando sempre pela justiça (imparcialidade nos julgamentos e na distribuição dos riscos e benefícios). (VASCONCELLOS, 2009, p. 58-59).

2- Inclusão Social

Uma sociedade democrática é incompatível com a exclusão social. Exclusão social, na área da educação, foi definida por Mattos (2012, p. 219) como “[...] imagens adquiridas ao longo de um processo histórico e social do sistema educativo, que, paternalista e assistencialistamente, perpetuou episódios de fracasso escolar nas crianças de classes populares”. A partir dessa definição, pode-se afirmar que a exclusão social não é um fenômeno isolado e está relacionado ao contexto social, ou seja, o excluído de uma época não é necessariamente o mesmo de outra época ou lugar (SPOZATI, 2000). Assim, não existe um único grupo de excluído e, conseqüentemente, não há uma única política inclusiva eficiente a todos (FONSECA, 2014).

Nesse mesmo contexto, é praticamente impossível que o excluído por si só possa reagir contra exclusão, já que ele está à margem da sociedade e dificilmente conseguirá lutar sozinho contra a ordem social cristalizada de paternalismo e assistencialismo que o exclui. O combate à exclusão social é uma função social e a instituição escolar tem a responsabilidade de identificar e implantar ações culturais de inclusão, construir práticas

inclusivas e formular políticas que permitam o acesso de todos à educação de qualidade (MATTOS, 2012).

A exclusão social não se restringe à questão socioeconômica, pode ter relação ao sexo, origem racial, condições físicas, sociais, entre outras (SPOZATI, 2000). O fracasso escolar não é o único fator que define o desemprego e a exclusão social, no entanto, em um contexto geral, pode-se afirmar que é um importante indicativo na vida das famílias de classes populares que sem qualificação são os principais afetados pela rotatividade da mão de obra e pela necessidade constante de qualificações para o trabalho (PDI, 2014-2018). No ambiente escolar, a dificuldade econômica dos alunos, que na maioria das vezes, é consequência da exclusão social vivida por seus pais, inviabiliza a continuidade de seus estudos gerando uma herança anunciada de exclusão para os indivíduos das próximas gerações. Por um lado, a falta de formação e a qualificação para o mundo do trabalho não é a única questão que precisa ser resolvida para findar-se a exclusão social, mas, por outro lado, a educação é a principal via para formar cidadãos (SPOZATI, 2000).

Sabendo da sua responsabilidade enquanto instituição escolar, reiterando o direito de educação a todos (BRASIL, 1996) e admitindo que sem educação é impossível que a inclusão social aconteça, o Câmpus Birigui oferta educação profissional por meio de cursos de nível técnico, nas modalidades integrado, subsequentes e concomitantes ao Ensino Médio, cursos superiores de Licenciaturas, Tecnológicos e PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos), além de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) (PDI 2014-2018). Possui uma organização pedagógica verticalizada, que inicia na educação básica até a educação superior. Essa organização objetiva favorecer a interação entre docentes e discentes de diferentes níveis de ensino, visando agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho. O objetivo é formar “[...] cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível” (PACHECO, 2010, p. 24).

A educação para o trabalho busca construir conhecimento a partir da sua realidade. Nessa perspectiva, “[...] é uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente” (PACHECO, 2010, p. 24).

O Câmpus Birigui oferece o programa de Assistência Estudantil, que inclui auxílios financeiros para a alimentação, saúde, moradia, transporte, material didático-pedagógico e apoio aos estudantes pais e mães com objetivo de favorecer a permanência dos alunos em vulnerabilidade social, além de outros programas, como bolsa ensino, bolsa de iniciação científica, bolsa de extensão, bolsa de iniciação à docência.

Salienta-se que assistência não é o mesmo que assistencialismo (CARDOSO, 2004); o auxílio tem a finalidade de atender aqueles indivíduos que por si só não conseguiriam modificar uma situação imposta a eles, e o assistencialismo é para mantê-los na situação em que eles já se encontram.

Além do auxílio financeiro, há outras ações praticadas pela comunidade escolar com o intuito de minimizar a evasão, como atendimento pedagógico, psicológico e social, atendimento e intervenção dos professores em sala e em horários específicos, reuniões pedagógicas com direção, gerente educacional, docentes e técnicos administrativos da área da educação. Em outras palavras, os programas oferecidos pelo Câmpus Birigui têm o objetivo de oferecer oportunidades para que o indivíduo não apenas ingresse, mas permaneça na Instituição, obtenha uma qualificação, desenvolva suas competências e seja incluído socialmente.

3- Gestão Democrática

Conciliar pontos de vista, histórias de vida, avanços e limites no processo ensino e aprendizagem, prezar pela qualidade do ensino, atender determinações de instâncias superiores são alguns dos pressupostos da administração escolar. Lidar com essa gama de possibilidades é um desafio, assim, nesse contexto, existem alternativas possíveis, baseadas em “laços de solidariedade, que consubstanciam formas coletivas de trabalho, instituindo uma lógica inovadora no âmbito das relações sociais” (BRUNO, 2009, p. 44).

A gestão democrática se consolida numa prática e num contexto que vai além de mero atendimento aos requisitos burocráticos de uma legislação. Esse modelo de gestão se propõe superar uma visão hierárquica das decisões na instituição escolar, visto ser um processo árduo de diálogo com a comunidade escolar, sejam os estudantes, professores, funcionários, pais/responsáveis e sociedade em geral. Uma efetiva gestão escolar se faz na relação com o outro, “[...] todos aqueles que interagem com educandos são educadores [...] professores, técnicos, funcionários são todos trabalhadores em educação

e suas atuações na escola devem ser integradas pedagogicamente” (PACHECO, 2010, p. 9).

Gerir democraticamente uma instituição escolar requer conhecer a história da educação nesse país, e, sobretudo, a conjuntura política nos âmbitos da administração pública (federal, estadual, municipal). Uma análise crítica das políticas públicas em educação permite aos gestores uma concreta leitura da realidade. A figura do gestor da instituição escolar é um agente fundamental no processo: “Por meio da direção é canalizado o trabalho conjunto das pessoas [...] a direção põe em ação o processo de tomada de decisões na organização e coordena os trabalhos, de modo que sejam realizados da melhor maneira possível”. (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003, p. 438). Nesse sentido, o gestor se torna um facilitador das relações que se travam no ambiente escolar.

Leva-se em conta ainda que a organização educacional também é permeada por elementos informais, ou seja, comportamentos, opiniões, ações e formas de relacionamento que surgem espontaneamente entre os membros do grupo; é a denominada cultura organizacional (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003, p. 439). Para os autores:

Pode ser definida como o conjunto de fatores sociais, culturais e psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo e o comportamento das pessoas em particular. Isso significa que, além daquelas diretrizes, normas, procedimentos operacionais e rotinas administrativas que identificam as escolas, há aspectos de natureza cultural que as diferenciam umas das outras, não sendo a maior parte deles nem claramente perceptível nem explícita.

Em nossa realidade há que se avançar para uma efetiva gestão democrática. Cabe ressaltar, que esse processo visa um bem comum e não ao atendimento às necessidades individuais. A futura efetivação do Conselho de Câmpus contribuirá de maneira eficaz para a descentralização das decisões. Esse modelo precisa avançar não apenas para pressupostos pedagógicos ou organizacionais na tomada de decisão, mas sim, se estendendo a rotina administrativa (contratos, recursos humanos, compra de materiais e outras rotinas).

A intervenção no processo didático-pedagógico se completa, no âmbito da escola, com a participação organizada dos pais ou responsáveis e da comunidade, especialmente através de suas

organizações sindicais e populares. Esta ocorre principalmente no âmbito do Conselho-Diretor, instituição autônoma e instância máxima da instituição educacional. Os Conselhos Diretores, órgãos coletivos e expressão legítima da comunidade em seu conjunto, devem se constituir como definidores da identidade de cada unidade e gestores da integração desta com a sociedade (PACHECO, 2010, p. 9).

Considerando a lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008) é apresentado os pressupostos de sua autonomia institucional. Legitimado como autarquia, por sua natureza jurídica, tem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Como também, tem autonomia para criar e extinguir cursos, podendo registrar os diplomas. Os Institutos Federais exercem o papel de instituições acreditadoras e certificadoras. São equiparados às Universidades Federais, sobretudo, nas disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da educação superior (PACHECO, 2010, p. 25). Ressaltamos que, enquanto esfera federal de educação, existe uma autonomia maior com relação às práticas educacionais, em comparação a outras esferas da educação.

Ainda para Pacheco (2010, p.26), pensando a partir da escala local, a conquista da autonomia,

[...] passa pela mudança nas relações e vínculos entre professores, alunos, escola e comunidade. A travessia de uma organização burocrática para uma democrática é lenta, pois envolve mudanças de mentalidade e cultura escolar, passando, necessariamente, pelo conhecimento e diálogo com os projetos de vida e de sociedade tanto dos sujeitos do cotidiano escolar como daqueles que deste não participam diretamente, mas que dele podem se beneficiar ou sofrer seus impactos.

Outra ação que destacamos como possibilidade é a criação de uma unidade executora (Caixa escolar), mais conhecida na esfera estadual e municipal como APM (Associação de Pais e Mestres), em que, além de prover recursos financeiros para a instituição escolar, aproxima à sociedade em geral, sobretudo, às famílias dos estudantes.

Realização de reuniões, assembleias, eventos comunitários ou projetos de extensão são meios para que a gestão democrática ocorra na prática. Promover espaços de diálogo é fundamental. Assim, na visão de Pacheco (2010, p. 10), os Institutos Federais propõe “[...] não uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a

um projeto democrático, comprometido com a emancipação dos setores explorados de nossa sociedade”.

4- Empreendedorismo

Segundo o dicionário, empreendedor, é aquele que empreende, que identifica novas oportunidades, que tem iniciativa, é criativo, responsável, comprometido e inovador. Por outro lado empreender significa intentar, levar a efeito, decidir fazer algo incomum. “Ser um empreendedor não é só ter um dom que nasce com a pessoa, mas algo que se aprende e se desenvolve” (ROSA, 2012 p. 8).

Se ele é algo que pode ser aprendido não poderá estar fora do ambiente escolar. Ademais, a escola tem que desenvolver um projeto empreendedor, articulado com as disciplinas dos cursos, presentes nos projetos de extensão, interagindo com a comunidade externa. Segundo Pacheco (2011, p. 08) a educação necessita de um projeto que busque a construção de uma nova sociedade alicerçada em igualdades: política, econômica e sociais.

Nessa linha de pensamento, o Câmpus Birigui, tem como objetivo propor uma ampla discussão do tema com os servidores, alunos e a comunidade, com intuito de articular e desenvolver um projeto empreendedor promissor, voltado não apenas na obtenção de lucros e sim ganho social. Ele terá como objetivo principal desenvolver certas competências para promover habilidades inovadoras e criativas.

Um projeto empreendedor exige a delimitação de metas e o planejamento de ações e estratégias para atingir seus objetivos, sem esquecer-se dos aspectos sociais e coletivos, sabendo sempre articular, criar e liderar. Uma educação empreendedora deve oportunizar um espaço para a criatividade e a iniciativa, que valorize a possibilidade do sonho e a capacidade de projetar o futuro. Deve conhecer o seu entorno social e as características da comunidade escolar (BERLIM, 2006).

Por isso, a participação tem que ser de todo grupo escolar. Desenvolver o trabalho coletivo para aproximar professores, alunos e a comunidade. Propor novas ações que promova um ensino empreendedor contribuindo para uma formação cidadã, que desenvolva o pensamento crítico, formando um aluno responsável e capaz de mudar o meio em que vive.

A tarefa não será fácil, exige muito trabalho e empenho de todos. O erro será inevitável, mas com ele aprenderemos a empreender. É preciso persistir, arriscar, buscar melhorias, estimular a autoconfiança do grupo escolar.

Para entender o conceito de empreendedorismo e seu papel dentro do contexto educacional, em especial, do IFSP, Câmpus Birigui, é importante buscarmos uma compreensão mais abrangente sobre tal conceito, relacionando-o a uma instituição que se quer empreendedora e que almeja promover o espírito empreendedor ao longo da formação de seus alunos.

Dornelas (2008, p. 22) afirma que uma boa definição para empreendedorismo seja o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades. E a perfeita implementação dessas oportunidades conduz à criação de negócios de sucesso. Já sobre o termo empreendedor, o autor diz que existem muitas definições.

Segundo Chiavenato (2008, p.03), o termo empreendedor vem do francês *entrepeneur*, que significa aquele que assume riscos e começa algo novo. Esse autor defende que o empreendedor é a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal, assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente. Ressalta, no entanto, que o espírito empreendedor está também presente em todas as pessoas que, mesmo sem fundarem uma empresa ou iniciarem seus próprios negócios, estão preocupadas e focalizadas em assumir riscos e inovar continuamente.

Na verdade, o empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois é dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades. Com esse arsenal, transforma ideias em realidade, para benefício próprio e para benefício da comunidade. Por ter criatividade e um alto nível de energia, o empreendedor demonstra imaginação e perseverança, aspectos que, combinados adequadamente, o habilitam a transformar uma ideia simples e mal estruturada em algo concreto e bem sucedido no mercado. (CHIAVENATO, 2008, p.07)

Chiavenato defende que, embora seja um tema complexo, há três características básicas que identificam o espírito empreendedor: a necessidade de realização (são pessoas que gostam de competir com certo padrão de excelência e preferem ser

pessoalmente responsáveis por tarefas e objetivos que atribuíram a si próprias), a disposição para assumir riscos (a saber, riscos moderados, situações arriscadas até o ponto em que podem exercer determinado controle pessoal sobre o resultado) e a autoconfiança (sentem que podem enfrentar os desafios que existem ao seu redor e têm domínio sobre os problemas que enfrentam, acreditam em habilidades pessoais para superar tais problemas).

Complementando a discussão sobre o perfil desse sujeito, Dornelas (2008) ressalta que as habilidades requeridas de um empreendedor podem ser classificadas em três áreas: técnicas, gerenciais e características pessoais.

As habilidades técnicas envolvem saber escrever, saber ouvir as pessoas e captar informações, ser um bom orador, ser organizado, saber liderar e trabalhar em equipe e possuir know-how técnico na sua área de atuação. As habilidades gerenciais incluem as áreas envolvidas na criação, desenvolvimento e gerenciamento de uma nova empresa: marketing, administração, finanças, operacional, produção, tomada de decisão, controle das ações da empresa e ser um bom negociador. Algumas características pessoais já foram abordadas anteriormente e incluem: ser disciplinado, assumir riscos, ser inovador, ser orientado a mudanças, ser persistente e ser um líder visionário. As habilidades mencionadas e os objetivos gerais já expostos formam a base para a ementa de um curso de empreendedorismo. (DORNELAS, 2008, p. 23-24)

Dornelas levanta uma questão que é crucial para definirmos os processos educativos e o modo como, em uma instituição, poderíamos fomentar tal espírito empreendedor em benefício da comunidade. Ele se questiona se é possível ensinar empreendedorismo.

Ao longo do capítulo 2 de seu livro *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios* (DORNELAS, 2008), o autor vai nos dizer que até alguns anos atrás, acreditava-se que o empreendedorismo fosse inato, que o empreendedor nascia com um diferencial e era predestinado ao sucesso nos negócios. Pessoas sem essas características eram desencorajadas a empreender. No entanto, ele afirma isso ser um mito. Dornelas ressalta que esse discurso mudou e, cada vez mais, acredita-se que o sucesso é decorrente de uma gama de fatores internos e externos ao negócio, do perfil do empreendedor e de como ele administra as adversidades que encontra no dia-a-dia de seu empreendimento.

Ao analisar os cursos técnicos oferecidos pelo IFSP¹, Câmpus Birigui, identificamos que há uma preocupação em fomentar o espírito empreendedor em seus alunos ao garantir em suas grades curriculares espaço para uma disciplina intitulada Empreendedorismo que apresenta os conceitos básicos sobre o assunto e busca dar uma visão sistêmica sobre um plano de negócios, o que podemos comprovar ao analisar os Planos de curso de Automação Industrial e do curso de Manutenção e Suporte em Informática. No curso técnico de Administração, o estudo e prática do conceito de empreendedorismo recebe atenção especial. Além de uma disciplina específica que compõe o terceiro semestre, os alunos, com a orientação de seus professores, desenvolvem um projeto integrador que visa integrar e contextualizar os conhecimentos do curso, propondo o desenvolvimento de um projeto de abertura de um negócio.

No que se refere aos cursos superiores de tecnologia, o espaço para a discussão e apreensão dos conceitos de empreendedorismo também é garantido, no caso do curso de Tecnologia em Mecatrônica, intimamente relacionado à gestão da produção no sexto semestre e no curso de Tecnologia em Sistemas para Internet elaborando estudos sobre plano de negócio.

Embora o conceito de empreendedorismo esteja intimamente ligado ao ambiente empresarial, ele carrega consigo a essência de uma postura que deve permear os processos educativos e suas instituições, em especial uma instituição educacional como o IFSP, a qual pretende atuar na formação integral do indivíduo que almeja inserir-se em um mercado de trabalho. Além da discussão e formação empreendedora a partir da grade curricular dos cursos, ações da própria instituição devem promover essa postura. Uma forma de empreender é a criação de parcerias da nossa instituição com outras instituições e empresas de nossa região, de modo a possibilitar vagas de estágio, criando um primeiro vínculo dos alunos com o mundo do trabalho. A promoção de cursos abertos à comunidade que incentivem a inovação tecnológica e cursos oferecidos via PRONATEC como o que foi realizado em 2014 e que atendeu a 350 mulheres da região com o curso de panificação cujo objetivo era instrumentalizá-las com o domínio de uma profissão para atuar muitas vezes de forma autônoma são exemplos da atuação empreendedora de nosso câmpus, ainda que sejam iniciativas tímidas e que precisem se desenvolver com mais consistência.

¹ Foram analisados os Planos Pedagógicos dos cursos técnicos e tecnológicos do IFSP, Câmpus Birigui.

5- Ensino

5.1- Processo de ensino e aprendizagem

De acordo com o PPI – Projeto Político Institucional (2014) do IFSP, os desafios da formação acadêmica e profissional vão além da formação técnica, uma vez que o objetivo não é preparar “um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o **mundo do trabalho**” (IFSP, 2014, p. 145, grifo do autor). Cidadão capaz de atuar nesse mundo de maneira ativa e consciente.

Seguindo essa diretriz, o Câmpus Birigui considera que o processo de ensino e aprendizagem precisa ser significativo, contextualizado e vivenciado por práticas que valorizem o diálogo, a criticidade, a curiosidade e o debate de ideias. Trata-se de um processo dinâmico, que busca a construção do conhecimento, ultrapassando a visão tradicional, de transmissão apenas.

Portanto, as reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem realizado no câmpus partem da concepção teórica que considera o ser humano não como pronto e acabado, mas em processo de formação, conforme afirma Luckesi (2011a, p. 61), também contrário à teoria da pedagogia tradicional, ao elucidar que nossa prática pedagógica precisa estar alicerçada em:

[...] uma pedagogia cujo fundamento seja a compreensão de que o ser humano é um ser em processo de formação, em movimento, sempre com a possibilidade de atingir um resultado mais satisfatório no caminho da vida. Isso quer dizer que, se ele aprende, conseqüentemente se desenvolve; se não aprendeu ainda, pode aprender, se houver investimento para que aprenda.

Salientamos que considerar o aluno como um ser humano capaz de aprender, não significa deixá-lo à sorte de práticas espontaneístas ou ainda considerar que todos já possuem autonomia intelectual para aprender sozinho. Considerando a diversidade de cursos do IFSP Câmpus Birigui, que abrange cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, cursos de formação de professores e também cursos de formação inicial e continuada (FIC) na modalidade PROEJA (educação profissional de jovens e adultos), é preciso repensar as práticas pedagógicas segundo cada realidade, o que já foi apontado no PPI do IFSP, ao descrever sobre o trabalho com os conteúdos a serem desenvolvidos sistematicamente.

Os conteúdos, como conhecimentos sistematizados, não devem ser transmitidos, senão construídos na interação entre as pessoas e entre estas e o objeto de conhecimento, a partir das experiências prévias dos sujeitos envolvidos. Assim, o processo é vivo, dinâmico, buscando-se estabelecer as necessárias relações entre fatos, ideias e processos (IFSP, p.158).

Ressaltamos que o processo de ensino e aprendizagem envolve dois sujeitos: professor e aluno. O professor é responsável pelo processo de ensino e o aluno pelo processo de aprendizagem, ambos atuando articuladamente, não sendo o ensino centrado apenas em um ou em outro.

[...] A interação entre professor e alunos se dá pela atuação do professor como mediador entre o saber sistematizado e a prática social de ambos. O aluno é considerado um ser histórico, sujeito do processo, portador de uma prática social a ser problematizada e sistematizada coletivamente. Assim, o centro do processo não está nem no professor, como na abordagem da transmissão-assimilação, nem no aluno, como na abordagem do aprender a aprender, nem no planejamento, como na abordagem do aprender a fazer. O centro do processo desloca-se para a práxis social de ambos (Martins, 2006, p. 94).

Diante desta definição, concordamos com o significado de educador e de educando defendido por Luckesi (2011b):

Na práxis pedagógica, o educador é aquele que, tendo adquirido o nível de cultura necessário para o desempenho de sua atividade, dá direção ao ensino e à aprendizagem (Luckesi, 2011b, p.144). [...] o educando é o sujeito que busca adquirir um novo patamar de conhecimentos, de habilidades e modos de agir. É para isso que busca a escola (Luckesi, 2011b, p.147).

5.2- Metodologias

A concepção teórico-pedagógica de uma educação crítica considera que: o ser humano está em processo de formação; a apropriação dos conhecimentos adquiridos pela sociedade ao longo dos tempos é essencial na formação dos sujeitos; e a criatividade no processo educativo visa ampliar esses conhecimentos e produzir novos como contribuição para a evolução da sociedade. Diante disso, deduz-se que as metodologias utilizadas em sala de aula precisam favorecer a participação ativa do

aluno e propiciar a construção da autonomia intelectual, principalmente quando se fala de alunos da educação básica; também, favorecer o desenvolvimento do espírito crítico, do pensamento reflexivo, de pesquisador, principalmente quando se refere a alunos do ensino superior.

Tais proposições estão consoantes ao que determina a Lei nº 9394/1996, quando retrata as finalidades do ensino médio e do ensino superior; e, em acordo com essa concepção, o PPI (2014), ressalta:

No processo de ensino, entendemos que se deva priorizar uma **metodologia** que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento (IFSP, 2014, p. 158, grifo do autor).

Nesse sentido, o IFSP Câmpus Birigui, considerando a autonomia docente, aponta possibilidades metodológicas a serem realizadas, que propiciem uma aprendizagem mais significativa e contextualizada, em acordo com as apresentadas no PPI (IFSP, 2014, p. 159):

[...] aulas expositivas dialogadas, com apresentação de slides/transparências, explicação dos conteúdos, exploração dos procedimentos, demonstrações, leitura programada de textos, análise de situações-problema, esclarecimento de dúvidas e realização de atividades individuais, em grupo ou coletivas. Aulas práticas em laboratório. Projetos, pesquisas, trabalhos, seminários, debates, painéis de discussão, sociodramas, estudos de campo, estudos dirigidos, tarefas, orientação individualizada.

Enfatizamos o trabalho com situações problemas, não somente criadas pelo docente, mas identificadas e trazidas da própria realidade pelos alunos; também, os trabalhos em grupos, organizados homogênea ou heterogeneamente de acordo com o objetivo da aula que, por sua vez, deve ser claro e considerar inclusive aspectos cognitivos e não apenas de sociabilidade; as aulas expositivas dialogadas, permitindo a participação crítica do aluno, com questionamentos e sugestões; e, a demonstração didática nos laboratórios, em aulas práticas, defendida por Veiga (2011) como possibilidade de atividade conjunta de professores e alunos. Enfim, independente da metodologia adotada, o mais importante a considerar é a aprendizagem dos alunos.

Outro aspecto importante, também descrito no PPI, é a escolha dos recursos didáticos, que podem contribuir significativamente na construção do conhecimento pelos alunos. O documento destaca:

[...] o uso dos laboratórios; a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação (TICs), tais como: gravação de áudio e vídeo, softwares, sistemas multimídias, robótica, redes sociais, fóruns eletrônicos, blogs, chats, videoconferência, suportes eletrônicos, Ambiente Virtual de Aprendizagem (Ex.: Moodle); assim como o uso dos mais diferentes recursos pedagógicos (quadro, flanelógrafo, cartaz, gravura, álbum seriado, slide, maquete...) e recursos culturais [...] (IFSP, 2014, p.160).

Salientamos que não se trata de “receitas prontas”, pois se esse fosse o foco, estaríamos na contra mão de uma pedagogia que valoriza a criticidade, a criatividade, a contextualização com o meio social, o debate e a realidade na qual os sujeitos do processo (professor e alunos) estão envolvidos. Valorizamos principalmente a criatividade docente, para formação também de alunos criativos, pois, conforme consta no PPI, na atualidade precisamos de um currículo que “articule teoria e prática, o científico e o tecnológico, com conhecimentos que possibilitem ao aluno atuar no mundo em constante mudança, buscando a autonomia e desenvolvendo o espírito crítico e investigativo.” (IFSP, 2014, p. 157)

5.3- Avaliação da aprendizagem

Como afirma Luckesi (2011a, p. 13), “[...] o ato de avaliar é um componente essencial do ato pedagógico”, perpassando pelo planejamento, pela execução e pelo resultado final. Diante disto, assim como todo ato pedagógico, a avaliação da aprendizagem também se orienta de acordo com a concepção teórica educacional adotada pela instituição. Se defendemos uma prática pedagógica favorável à construção do conhecimento, à participação ativa do aluno no processo educativo e à formação crítica, precisamos desenvolver práticas avaliativas que propiciem o acompanhamento da aprendizagem em consonância com a concepção de educação desenvolvida nas metodologias de ensino. Trata-se de um processo interdependente e dialético.

Nesta concepção, a avaliação da aprendizagem vai além de apenas verificar resultados, trabalhando, com esses, de modo a acompanhar o aluno e a fazer o aluno

compreender que também faz parte do processo. Portanto, a avaliação precisa mostrar quais conteúdos o aluno precisa estudar mais e quais apresenta mais facilidade. O professor precisa passar esta informação ao aluno, não apenas na forma de nota, mas como devolutiva, com vistas e reflexão dos resultados dos instrumentos avaliativos aplicados.

De acordo com a Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu artigo 24, inciso V, alínea a, um dos critérios para verificação do rendimento escolar é a: “a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Em consonância com a legislação educacional e com a organização didática do IFSP, o Câmpus Birigui desenvolverá, em todos os níveis de ensino ofertados, uma avaliação da aprendizagem, que considere a utilização de diversificados instrumentos avaliativos no decorrer do semestre, bem como a vista dos resultados aos alunos, possibilitando aos mesmos refletirem sobre seu aprendizado. Os instrumentos realizados também serão norteadores da ação docente, tanto para o acompanhamento da evolução dos alunos e o encaminhamento desses para estudos de recuperação, quanto para a reflexão sobre as metodologias utilizadas em sala de aula.

Quanto aos instrumentos avaliativos a serem utilizados no processo de avaliação da aprendizagem, considerando a autonomia docente para a escolha dos mesmos de acordo com o conteúdo, a turma e os objetivos da disciplina que leciona, sugerimos algumas possibilidades: prova escrita com questões dissertativas e/ou objetivas, seminários, relatórios, resenhas, prova situacional, análise de caso, projetos, portfólios, observação, mapas conceituais, autoavaliação. Considerando a concepção de educação adotada, mais importante do que os instrumentos avaliativos utilizados, são os objetivos que se tem com a utilização deles e o trabalho posterior com seus resultados, para reflexão tanto docente quanto discente sobre o processo de ensino e aprendizagem.

6- Pesquisa

Na sua concepção, foi definido que os Institutos Federais devem atuar através das ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas com parceiros, visando o desenvolvimento local e regional.

Finalidades da Pesquisa no IF (Seção II, Art. 6º):

VIII - Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

Objetivos da Pesquisa no IF (Seção III, Art. 7º):

- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

Com base nestas diretrizes, a pesquisa no Câmpus Birigui visa a realização de parcerias com empresas, poder público, instituições de ensino e sociedade, para desenvolver soluções que promovam o desenvolvimento científico e tecnológico local e regional.

A pesquisa no Câmpus Birigui ocorre nos diversos níveis organizados desde a Iniciação Científica para o Ensino Médio passando pela Iniciação Científica para o Nível Superior até a Pesquisa Aplicada, sem negar outras possibilidades de pesquisa, mas sempre tendo sua contribuição para o desenvolvimento técnico e tecnológico.

Além das atividades da pesquisa, a divulgação da mesma ocorre através da participação dos pesquisadores em eventos (congressos, simpósios, seminários, etc) pelo próprio IF ou por outras instituições, além da publicação em revistas especializadas. Para que a pesquisa aconteça de forma organizada, Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq são estruturados por docentes do câmpus e também grupos de estudos composto por alunos que participam de programas de Iniciação Científicas sob a orientação da Coordenadoria de Pesquisa e Inovação, com objetivo sempre de promover o aumento qualitativo e quantitativo da produção científica, técnica e tecnológica atendendo os anseios da Instituição.

7- Extensão

Segundo o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (FORPROEX, 2012), “A Extensão é um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Escola e outros setores da Sociedade” (FORPROEX, 2012).

Sendo assim, é função da extensão promover um espaço de discussão, debate e troca de saberes e experiências entre a comunidade interna e externa da instituição. Através do diálogo e da reflexão crítica, é possível identificar as necessidades da

sociedade e estabelecer estratégias para solucionar problemas em conformidade com a capacidade científica e tecnológica do IFSP.

De acordo com a Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, art. 3º, inciso III, toda instituição educacional tem obrigação social, devendo promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Sendo assim, a instituição deve assumir o compromisso de formar e qualificar pessoas para atuarem de forma responsável, garantindo os valores democráticos para tornarem cidadãos conscientes.

Assim, todo conhecimento gerado por uma instituição de ensino é um bem social, e deve ser utilizado pela sociedade para promover a transformação social, redução da desigualdade social e melhorar as condições de vida das pessoas. O Câmpus Birigui, através da coordenadoria de extensão, propicia o contato das pessoas da comunidade com o conhecimento produzido na instituição, através de estágios, cursos de curta duração, projetos de capacitação, etc.

Referências

BERLIM, C. G. “Princípios e prática do empreendedorismo: Um novo paradigma em educação e em psicopedagogia” Revista Psicopedagogia, 2006.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996.

BRUNO, Lúcia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila A. *Gestão Democrática da Educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CARDOSO, R. *O desafio das políticas sociais do século 21*. São Paulo em perspectiva, v. 18, n.2, p. 41-48, 2004.

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. São Paulo: Saraiva, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FONSECA, Z. *Exclusão- Inclusão: circularidade perversa no Brasil Contemporâneo*. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 12, p.231-252, maio/ago.2014.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. *Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior*, Maio de 2012.

GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Projeto Pedagógico Institucional. In: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. *Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018*. São Paulo, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. *Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018*. São Paulo, 2014.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F; TOSCHI, M.S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011a.

LUCKESI, C. C. *Filosofia da Educação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

MARTINS, P. L. O. As formas e práticas de interação entre professores e alunos. In: VEIGA, A. P. A. (Org.). *Lições de didática*. Campinas: Papirus, 2006.

MATTOS, S. M. N. *Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 44, p. 217-233, abr./jun. 2012. Editora UFPR.

PACHECO, E. *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal: Editora do IFRN, 2010.

PACHECO, Eliezer. *Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. MEC. São Paulo: Moderna, 2011.

ROSA, S. B. *SEI: empreender*, Sebrae, Brasília, 2012.

SPOZATTI, A. *Exclusão social e fracasso escolar*. Em aberto, Brasília, v. 17, n. 71, p.21-32, jan. 2000.

VALLS, Álvaro L. M. *O que é ética*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

VASCONCELLOS, Maura Maria Morita. *Avaliação e ética*. 2. ed. rev. e ampl. Londrina: Eduel, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org). *Técnicas de Ensino: Por que não?* 21ª ed. Campinas: Papirus, 2011.

ZABALA, A. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.